



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 08/2017, em que é recorrente **Judy Ike Hills** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 06/2019

*(Autos de Recurso de Amparo n.º 8/2017, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo – Pedido de Decretação de Medidas Provisórias)*

### **I. Relatório**

1. O Senhor Judy Ike Hills vem, através do seu mandatário submeter ao Tribunal Constitucional requerimento com o seguinte teor, o qual se reproduz na íntegra:

*“Judy Ike Hills, “mcp **José, Djosa ou Ucho**”, com os demais sinais de identificação nos autos, notificado para aperfeiçoar e indicar a natureza do pedido e do mecanismo processual que está a utilizar, vem o requerente em tempo e mui respeitosamente indicar a natureza do seu pedido, isto, Aplicação da medida Provisória, o que faz nos termos dos artigos 11º e 14º n.º 1 al. b), de Lei de Amparo, e com os seguintes fundamentos”:*

- 1. O requerente encontra-se detido e privado de liberdade desde o dia 30 de Junho de 2015, prisão est[a] decretad[a] pelo 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.*
- 2. O mesmo foi notificado do despacho de acusação no dia 03 de Novembro de 2015, onde lhe foi imputado a prática dos crimes de associação criminosa, tráfico de droga p.p pelas disposições combinadas nos artigos 11º n.º 1 e 3) n.º 1 da Lei no 78/IV/93, de 12 de Julho e ainda no crime de aquisição de moeda falsa p.p pelos artigos 248º e 245º todos do CP.*
- 3. No final foi absolvido dos crimes de associação criminosa, aquisição de moeda falsa e condenado na pena de 7 anos e 10 meses de prisão efetiva por crime de tráfico de droga, conforme a sentença datad[a] de 26 de Maio de 2016.*

4. *Contudo, não se conformando como é óbvio com a douta sentença, no dia 06 de Junho de 2016, interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, que veio a confirmar a decisão do 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.*
5. *Na mesma medida, não se conformando com o douto Acórdão nº 53/2017 proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, dela interpôs Recurso de Amparo Constitucional para o Tribunal Constitucional, que foi registado com o nº 8/2017, com isso ficou esgotado a última via/instância/corte que estava [à] disposição do requerente.*
6. *Ademais, conforme os acórdãos nº 21 e 22/2017, o recurso de amparo foi admitido, mas no entanto, não foi aplicad[a] nenhuma medida provisória, continuando assim o requerente em prisão preventiva.*
7. *Porem, no dia 20 de Dezembro de 2018, realizou-se o julgamento do recurso de Amparo Constitucional do requerente, que mereceu voto favorável de todos os Juízes Conselheiros desta [C]orte, mas no entanto, também não foi decretad[a] nenhuma medida provisória.*
8. *Ora, uma vez que o mesmo encontra-se por mais de 36 meses em prisão preventiva, ou seja, par[a] além do prazo previstos nos artigos 31º nº 4º da CRCV e 279º nº 4 e 5 do CPP, no dia 16 de Janeiro de 2019, o requerente junto desta corte pediu a sua libertação, “PEDIDO DE SOLTURA”.*
9. *Que mereceu o despacho do relator, no sentido do requerente aperfeiçoar o requerimento, o que em tempo e agora com toda humildade e naturalidade procedemos, por estarmos perante uma situação delicada, ou seja, perante a privação ilegal de liberdade, um direito constitucional salvaguardado a todos os cidadãos.*

#### **Da Providência Provisória**

10. *Prescreve o artigo 11º nº 1 da Lei de Amparo, “O Presidente do Tribunal poderá, oficiosamente ou a pedido do recorrente e independentemente dos vistos, marcar a conferência para as vinte quatro horas seguintes ao do recebimento da cópia da petição para nela se decidir sobre a admissibilidade do recurso sobre as medidas provisórias a adotar”.*
11. *Estatui o artigo 14º nº 1º al. b) da Lei de Amparo, “na conferência a que se refere o artigo anterior poderá o Tribunal oficiosamente, ou a requerimento do*

*Ministério Público ou do requerente: “ordenar a adoção provisória de medidas julgadas necessárias para a conservação dos direitos liberdades ou garantias violadas ou para o restabelecimento do exercício desses mesmos direitos, liberdades ou garantias até ao trânsito em julgado da sentença que vier a ser proferida.”*

- 12. Ademais, tratando-se de uma detenção por mais de 43 meses, isto, superior a 36 meses previstos e admitidos por lei, sendo o Tribunal Constitucional o guardião dos direitos fundamentais, neste caso a LIBERDADE, um dos direitos fundamentais salvaguardado aos cidadãos, apesar do requerente não ter pedido antes a decretação da medida provisória, oficiosamente deveria ter sido decretad[a] a sua libertação.*
- 13. Não tendo sido feito, nem no momento da admissão do presente recurso, nem tão pouco depois do julgamento do dia 20 de Dezembro de 2018, estando ainda o requerente em prisão preventiva por mais de 36 meses, creio que ainda é tempo de promover a adoção urgentemente de medidas provisórias.*
- 14. Assim sendo, face ao desfazamento temporal e violação dos limites impost[o]s, que regula a restrição dos direitos fundamentais, neste caso, a situação do requerente ao manter-se, (prisão preventiva) torna-se ilegal, artigos 31º nº 4º da CRCV e 279º do CPP.*
- 15. Por isso, por essa [C]orte ser [a] guardiã[...] da constituição e garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, humildemente suplicamos a reposição da legalidade, ou seja, aplicação da medida provisória, isto, a libertação imediata do requerente, mediante aplicação de outras medidas não privativas de liberdade.*
- 16. Por outro lado, o recurso de amparo requerido é de 2017, e não se sabe quando e nem como é que vai terminar este processo.*
- 17. E por aquilo que se tem verificado na prática, se não for agora decretado o presente pedido, o requerente vai permanecer na situação em que se encontra, ou seja, detido ilegalmente, por mais de 36 meses.*
- 18. Uma vez que, o 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia e o Supremo Tribunal de Justiça, tribunais recorridos, que apesar de ter legitimidade para reavaliar os pressupostos da prisão do requerente, estas duas instâncias não estão preocupadas com os direitos fundamentais dos cidadãos, LIBERDADE,*

*pelo que não resta outra alternativa ao requerente se não o recurso [à] presente providência.*

- 19. Mas mais, sendo o recurso de amparo, um processo moroso, complexo e especial, em razão de mérito, ao nosso ver existe sérios riscos do processo não ser concluso nos próximos meses, e caso isso venha acontecer, a prisão do requerente ainda que preventiva, viola o direito de liberdade e sentimento de Justiça.*
- 20. Prova disso é que os presentes autos apenas foi julgado em 20 de Dezembro de 2018, apesar do pedido de amparo constitucional ter sido solicitado em 25 de Outubro de 2017.*
- 21. E caso não for aplicada uma medida provisória para repor a legalidade, os prejuízos nefastos que a prisão causa a qualquer cidadão, torna-se evidentemente que os danos provocados ao requerente [são] de difícil reparação.*
- 22. Antes da prisão, o requerente era comerciante, com família constituíd[a], e tinha uma vida razoável, hoje, pergunta-se pela família e negócio, ou seja, a prisão deixou marcas e continua a marcar pela negativa a vida do requerente que perdeu família e todo o seu investimento.*
- 23. No entanto, o sofrimento, a dor, ang[ú]stia, tristeza e sentimento de injustiça, por estar em prisão ilegal, ou seja, par[a] al[é]m do tempo estipulado por lei, isto [é], 43 meses em prisão preventiva, sem conhecer a última decisão, não existe nenhum valor monetário passível de reparar, ressarcir esses danos, que a prisão provocou e continua a provocar na vida do requerente.*
- 24. Não resta margem para quaisquer dúvidas, que a prisão deixa marca na vida das pessoas, e que quem mais sofre são os amigos, filhos/famílias, que têm que aprender a conviver com o julgamento e condenação da sociedade, por simples facto do requerente ter sido detido.*
- 25. Dispõe a nossa Constituição que, “Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação de medida de segurança prevista na lei” (artigo 30.º, n.º 2, CRCV).*
- 26. Estatui ainda o artigo 29º nº 1º da CRCV, “É inviolável o direito á liberdade”, na mesma medida prescreve o artigo 31º nº 4º do mesmo diploma, “a prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei”.*
- 27. Por tudo isso, para salvaguardar os direitos constitucionalmente consagrado[s], não cansamos de pedir a aplicação da medida provisória, uma vez que nunca é*

*tarde para reposição da legalidade, principalmente quando briga com os direitos fundamentais, **“LIBERDADE”**.*

#### CONCLUSÕES:

- A. O requerente foi detido no dia 30 de Junho de 2015.*
- B. Por sentença de 26/05/2016, proferido pelo 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, no Processo C.O nº 41/2016 foi condenado na pena única de sete anos [e] dez meses de prisão.*
- C. Por acórdão do STJ, nº 53/2017, de 24 de Julho de 2017, foi confirmada a sentença da primeira instância.*
- D. Do referido acórdão houve recurso de amparo para o Tribunal Constitucional, que foi admitido conforme os acórdãos no 21/22/2017.*
- E. Não obstante da admissão e provimento oral do recurso de amparo constitucional do requerente, até a presente data não foi decretado oficiosamente nenhuma medida provisória, artigos 11º e 14 da Lei de Amparo.*
- F. Assim sendo, até o provimento ou não do recurso de amparo constitucional nº 08/2017, o arguido presume se inocente até o trânsito em julgado, artigo 35º nº 1 da CRCV.*
- G. O requerente está detido por mais de 36 meses, ou seja, 43 meses em prisão preventiva, ultrapassando todos os prazos previstos na lei, artigo 31º nº 4 da CRCV e 279º nº 4 e 5, do CPP.*
- H. E não se sabe ao certo, quando e nem como é que vai terminar o recurso de amparo constitucional requerido pelo requerente, uma vez, que o processo em s[i], é complexo, exigente e moroso, o que exige por parte de quem decide, (coletivo) algum tempo de maturação das decisões, que depois de proferid[as], uniformiza a jurisprudência e consolida a doutrina.*
- I. Contudo, por tratar-se de um direito constitucional, isto, **liberdade**, viemos com toda humildade aperfeiçoar o nosso requerimento e requerer a aplicação da presente medida, e em consequência restituída [à] **liberdade** ao requerente.*
- J. Uma vez que a situação ao manter-se, não resta dúvidas que os prejuízos são nefastos para a vida do requerente, que sofre e continua a sofrer com a prisão arbitrári[a].*

*Nestes termos e nos melhores de direito, o requerente vem em tempo aperfeiçoar o seu requerimento e requer a aplicação da medida provisória, e, em consequência restituir ao requerente á liberdade, assim estaria a Vossa Excelência a fazer como sempre a costumada, esperada e desejada justiça”.*

2. Na Corte Constitucional seguiu a seguinte tramitação:

2.1. A suprarreferida peça deu entrada na secretaria deste Tribunal a 4 de fevereiro de 2019 pelas 16:00, tendo sido imediatamente distribuída ao Juiz Relator, que a recebeu no mesmo dia.

2.2. No dia seguinte, 5 de fevereiro, emitiu despacho no sentido de, nos termos do número 2 do artigo 15, se notificarem os sujeitos interessados, tendo sido dirigidas comunicações judiciais ao Supremo Tribunal de Justiça e à Procuradoria-Geral da República, que as receberam no mesmo dia, às 15:30 e às 15:50, respetivamente, conforme deflui das ff. 195 e 196 dos Autos.

2.3. Depois de o Juiz Conselheiro ter confirmado que até às 16:00 do dia 7 de fevereiro, término do prazo para que os sujeitos interessados em querendo pudessem exercer o contraditório, nada havia entrado na secretaria, depositou o seu projeto de acórdão para efeitos de distribuição e marcação, às 16:20.

2.4. Veio, na sequência, o Senhor Presidente do Tribunal, marcar conferência para o dia seguinte às 9:00 para apreciar e decidir o incidente.

## **II. Fundamentação**

1. Em suma, o Senhor Judy Ike Hills vem pedir a adoção de medida provisória através de douda peça assinada pelo seu ilustre mandatário.

2. Apesar de apresentar alegações no sentido de justificar o preenchimento dos pressupostos da decretação de medida provisória e de fundamentar o seu pedido, no arrazoado que verte para a sua peça recorre a argumentos que convém aflorar.

2.1. Nomeadamente porque parece querer atribuir as responsabilidades pela sua situação ao Tribunal Constitucional, como se esta fosse a entidade coatora que o mantém

privado da sua liberdade quando entende que é titular de direito, liberdade e garantia em situação de violação.

2.1.1. Dizendo que “*oficiosamente deveria ter sido decretad[a] a sua libertação*”, vem sugerir que o Tribunal devia ter decretado uma medida provisória de soltura imediata quando ele próprio antes dessa peça não o tinha requerido. Como o Tribunal já tinha lembrado na decisão de adoção de medidas provisórias *Aldina Ferreira Soares v. STJ*, Acórdão 1/2019, de 10 de janeiro, Rel: JC Pina Delgado, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, n. 11, de 31 de janeiro de 2019, pp. 178-188, “*Naturalmente, os preceitos aplicáveis não parecem impor ao Tribunal um dever de adoção de medidas provisórias, na medida em que sempre se utiliza o verbo “poder”, denotativo de uma faculdade e não de uma incumbência, até porque depois sujeita a apreciação do Tribunal da existência ou não de razões ponderosas, como se analisará no decurso desta decisão. Certamente, os juízes conhecem o direito e poderão sempre, caso assim o entenderem, adotar as medidas que acharem convenientes para a conservação e restabelecimento de direitos, liberdades e garantias, no entanto, quem deverá, primacialmente, requerer a aplicação de tais medidas é quem tem o interesse direto no seu desfecho: os beneficiários subjetivos com a sua adoção. Até seria compreensível que se apresente na peça de amparo tal entendimento caso a Senhora Aldina Ferreira estivesse a peticionar em causa própria, mas, no caso concreto, fê-lo, e muito legitimamente, através de um advogado, que a deve aconselhar sobre a melhor forma de exercer os seus direitos, e que no momento da súplica, e caso fosse essa a sua pretensão, deveria ter dirigido a esta Corte o pedido específico de decretação de medidas provisórias com os elementos que são decisivos, como fizeram todos que as requereram até esta data junto a este Tribunal, sobretudo, para se aferir se razões ponderosas que permitem à Corte Constitucional adotar tais medidas estão presentes*” (3.2).

2.1.2. Isto a respeito de violação de garantia de não-manutenção do recorrente em regime de prisão preventiva por mais de trinta e seis meses em quadro de decisão condenatória confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça sobre a qual o Tribunal Constitucional ainda não assentou entendimento específico sobre todas as suas dimensões, ainda que já se tenha pronunciado sobre algumas delas, nomeadamente na decisão que pôs termo ao recurso *Alexandre Borges v. STJ*, Acórdão 24/2018, de 13 de

novembro, Rel: JC Pina Delgado, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, n. 88, de 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2153.

2.2. E aqui não se trata de ser ou não ser o Tribunal das Liberdades, ou de clamar-se por Justiça ou bradar-se à Liberdade, mas de se utilizar os meios processuais adequados para a obtenção de tutela de direitos, pois a Corte Constitucional é um tribunal de proteção de direitos, mas só pode atuar dentro da Lei. Lei esta que deve interpretar nos termos da Constituição e dos direitos, mas que não o autoriza qual paladino da moral e das virtudes a fazer a Justiça fora do quadro jurídico aplicável.

3. Ora, depois de ter acompanhado (v. *Ata de Julgamento* a ff. 155-157), por meio de advogado substabelecido (com reservas), conforme peça de f. 108, a sessão realizada a 20 de dezembro de 2018 em que o Tribunal proferiu oralmente a sua decisão que não integrava qualquer amparo de soltura imediata, veio a 16 de janeiro colocar incidente que denominou de “*pedido de soltura*” dizendo que já se tinham esgotado todos os prazos “*de sua detenção em prisão preventiva*” (f. 109). O relator do processo considerando que não havia elementos suficientes para determinar qual o mecanismo de reação que estava a ser invocado pelo recorrente houve por bem adotar despacho de aperfeiçoamento a 29 de janeiro notificado ao recorrente no dia seguinte, tendo a peça revista dado entrada a 4 de fevereiro, com o recorrente a esclarecer e a desenvolver argumentos no sentido de que se tratava de pedido de decretação de medida provisória.

3.1. Assim será tratado, não havendo qualquer problema em relação à data da entrada da peça de aperfeiçoamento já que o despacho não fixou um prazo específico, ficando a critério do recorrente apresentá-lo desde que em prazo razoável, como veio a acontecer.

3.2. Antes de o Tribunal avaliar se efetivamente se justifica à luz dos pressupostos que presidem à sua concessão decretar a medida provisória que o requerente pede, impõe-se verificar se o pedido conforma-se aos pressupostos gerais de legitimidade, competência e de oportunidade.

3.2.1. Sendo que o primeiro pode dar-se facilmente por preenchido já que é evidente que o recorrente tem interesse em agir porque imputou violação de direitos, liberdades e garantias de sua titularidade a conduta do poder judicial mais tarde declaradas por esta



Corte, pretendendo a esse respeito obter a decretação de medidas provisórias que julga necessários a preservar o seu direito.

3.2.2. Um pouco menos clara é a presença de competência do Tribunal Constitucional. Naturalmente, não porque genericamente não seja o órgão ao qual cabe administrar a justiça em matéria constitucional, nomeadamente em seara de recurso de amparo. Por isso, dá-se igualmente por preenchido o pressuposto da competência do Tribunal Constitucional neste particular.

O que não impede que poderia colocar-se questão associada de esgotamento do poder jurisdicional da Corte Constitucional cabo-verdiana no momento em que o incidente foi colocado. Mas, mesmo se se promover essa discussão paralela, é líquido que ela mantém o poder jurisdicional nesta matéria, ainda que o pedido de decretação de medida provisória tenha sido colocado depois de se ter prolatado acórdão que decidiu o mérito da questão objeto do recurso de amparo. É assim deveras porque, num primeiro momento, apesar da decisão já ter sido tomada na presença do recorrente, o acórdão ainda não lhe tinha sido comunicado, e, no segundo, considerando que depois de dele ter sido notificado, suscitou tempestivamente incidente de esclarecimento, que impediu o trânsito em julgado dessa decisão. E, mesmo atendendo que esse pedido já foi decidido por meio do Acórdão 5/2018, de 8 de fevereiro, Rel: JC Pina Delgado (ainda não publicado), e de esta decisão enquanto tal não ser recorrível, neste momento ainda não se esgotaram por força do número 3 do artigo 579 do Código de Processo Civil os poderes cognitivos deste Tribunal em relação a esta questão.

3.2.3. Por fim, em relação a essas condições processuais gerais, faltaria ainda verificar se o incidente foi colocado oportunamente pelo recorrente, haja em vista que deu entrada no dia 4 de fevereiro.

Como é evidente, a Lei de Recurso de Amparo e do *Habeas Data* estabelece dois momentos diferentes para se requerer a decretação de medidas provisórias: primeiro, antes da decisão de admissibilidade; segundo, depois de prolatada a decisão de admissibilidade. No caso concreto, não houve pedido de decretação antes de o recurso ter sido admitido, o que se conclui facilmente da análise dos autos, portanto, neste caso a base regulatória estabelecida pelos artigos 11 e 14, conforme sejam medidas provisórias urgentes ou não, não se aplicam, a menos que indiretamente por remissão de regime nos

casos em que a regra especial for omissa. Assim sendo, e ainda sem entrar no fulcro da questão, mas ainda somente fixando a norma aplicável, esta só pode ser o artigo 15, assim redigido “1. A suspensão, a recusa de suspensão do acto recorrido, a adopção de providências provisórias, a revogação ou a alteração do despacho que ordenou uma ou outra poderão, a requerimento do recorrente, do Ministério Público ou oficiosamente ser decretadas até ao despacho que designa dia para o julgamento. 2. Os sujeitos processuais interessados serão notificados do incidente, podendo responder, querendo, no prazo de quarenta e oito horas. 3. Findo esse prazo o incidente será julgado nas quarenta e oito horas seguintes”.

Do ponto de vista deste pressuposto específico – a oportunidade – a conjugação do sentido deste artigo com os dois outros preceitos referidos, fixa um *dies a quo* para a solicitação de decretação de medida provisória depois da prolação da decisão de admissão, ou seja, o próprio dia dessa mesma decisão, ainda que em horário subsequente, significando que se até àquela data ela não tiver sido requerida ou decretada *ex officio* pelo Tribunal, caberia ainda assim solicitá-la ao Tribuna Constitucional.

Contudo, como é natural, o sistema não foi configurado para não ter um *dies ad quem*, portanto um termo final a partir do qual não se as pode pedir, nem podem ser decretadas *ex officio* pelo Tribunal, não só porque não é do seu interesse, permitir, como regra, a possibilidade de prática de ato sem balizas temporais, haja em vista o impacto que isso tem sobre a segurança jurídica, mas também porque o legislador normalmente tenta se adequar à realidade das coisas e à natureza dos institutos jurídicos.

É assim que mesmo na ausência de disposição especial um pedido de decretação de medida provisória depois da prolação do acórdão de mérito dificilmente se compatibilizaria com a lógica do instituto e com a natureza instrumental, subsidiária e dependente das medidas provisórias, que, em princípio, existem para acautelar a proteção de bens jurídicos em risco antes da prolação de uma decisão de mérito e não na sua sequência. Lembrando-se a propósito o que diz Cândida Pires, *A Jurisdição Cautelar Civil em Cabo Verde*, Macau, Fundação Rui Cunha, 2015, p. 41, “o valor prático das providências cautelares é, em geral, devido à sua idoneidade para assegurar a efetividade de um direito controvertido (...)”, depois de uma decisão de mérito a margem de dúvida quanto à controvérsia sobre a existência do direito ou sobre a sua extensão é quase inexistente. Logo, há de se convir que somente no quadro de uma norma muito

clara seria possível conjecturar tal possibilidade abstratamente considerada, que, provavelmente só se justificaria se, primeiro, o acórdão fosse estimatório, porque, caso contrário, a centelha de viabilidade que goza no momento em que o pedido é admitido já estaria inapelavelmente apagada; segundo, concomitantemente, se houvesse identidade entre o amparo concreto concedido e a medida provisória requerida; e, finalmente, terceiro, se o Tribunal pudesse prever uma dilação excessiva do tempo necessário para apreciar e responder a eventuais incidentes decisórios que o recorrente viesse a colocar em jeito de reclamação, o que, em todo o caso, é muito difícil de acontecer neste tipo de caso, haja em vista o seu próprio interesse em executar tal decisão com a máxima velocidade.

Seja como for, nem é necessário chegar a tanto, considerando que o próprio preceito que regula a matéria sem hesitações fixa o termo final do prazo para se requerer medidas provisórias ao estabelecer que *“a adoção de medidas provisórias (...) pode[...] (...) a requerimento do recorrente, do Ministério Público ou oficiosamente ser decretada [...] até ao despacho que designa dia para o julgamento”*. Compulsados os autos, nota-se que tal despacho de f. 105 v. foi proferido pelo Presidente do Tribunal a 18 de dezembro e o recorrente dele foi notificado no mesmo dia, conforme termo por si assinado constante de f. 107.

Por conseguinte, mesmo que em homenagem ao princípio do acesso à justiça, como deve ser, se fixe esse dia na data e hora em que o recorrente tomou conhecimento da supramencionada marcação da sessão de julgamento seria esse o termo final, inexorável e que faria sempre precluir o seu direito processual a requerer a adoção de medidas provisórias ao Tribunal e o poder deste em decretá-las *ex-officio*. Por conseguinte, o pedido não pode ser conhecido por não ser oportuno dado ter dado entrada nesta Corte no dia 16 de janeiro – considerando-se em razão do mesmo princípio a data em que suscitou incidente inominado com pedido de soltura imediata – depois do termo final fixado para a sua interposição, em concreto, no dia 18 de dezembro.

Sendo assim, por notória desconformidade com o termo final temporal estabelecido para o exercício do direito, o Tribunal não pode admitir o pedido de decretação de medida provisória a fim de o decidir no mérito.

### **III. Decisão**

Nestes termos, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, por faltar pressuposto, decidem não conhecer o pedido de decretação de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 08 de fevereiro de 2019

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 08 de fevereiro de 2019.

O Secretário,

*João Borges*